



**Projeto de Lei Complementar nº 13/2018**

**Autoria: Prefeito Municipal**

**Assunto:** Inclui textos entre parênteses quanto a época de cobrança, no item "F)" da Tabela II - Taxa de Licença, da Lei Municipal 920, de 20 de dezembro de 1973 - Código Tributário e alterações posteriores, conforme especifica e dá outras providências.

**VOTO EM SEPARADO:**

**JOSE ANTONIO RODRIGUES**

**(VEREADOR – MDB)**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 13 de 2018, de iniciativa do Prefeito Municipal, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal 920, de 20 de dezembro de 1973 - Código Tributário.

Às fls. 02/04 há mensagem do prefeito municipal explicitando os motivos da proposta. Às fls. 05 encontra-se os termos da Lei a ser submetida à apreciação da Câmara.

O parecer jurídico nº 056/2018 às fls. 07/10 elaborado pelo Ilustríssimo Diretor Jurídico desta casa concluiu pela legalidade e constitucionalidade do projeto.



Adveio votos favoráveis da Vereadora Cássia de Moraes e da Vereadora Sandra Cristina dos Santos, membras desta Comissão de Justiça e Redação (fls. 12).

Veio aos autos voto favorável ao projeto proferido pela Vereadora Cássia de Moraes, membra da Comissão de Finanças e Orçamentos (fls. 13).

É o relato do necessário.

## **II – DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Nos termos do art. 35 e art. 67, inciso I, do Regimento Interno desta câmara, à Comissão de Justiça e Redação compete, dentre outras funções, realizar estudos e emitir pareceres especializados, bem como opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições.

Pretende o presente projeto, em síntese, especificar o momento em que se dará a cobrança de **taxas** municipais em decorrência do exercício do Poder de Polícia do Município e da prestação de serviços.

Como é sabido, taxa é espécie de tributo (art. 5º do CTN - Código Tributário Nacional), estando sujeitos às **normas tributárias**, em especial do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), que estabelece as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

De acordo com o art. 77 do Código Tributário Nacional as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador duas modalidades, sendo elas: **o exercício regular do poder de polícia**, ou a



**utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.**

A **concessão de licença** (item F "F)" da Tabela II - Taxa de Licença, da Lei Municipal 920/1973) constitui evidentemente o exercício do poder de polícia pela administração, pois regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público (art. 78 do CTN).

Entretanto o item acima se desdobra em três subitens.

Entendo que os itens **I** (Aprovação do plano de urbanização) e **II** (Concessão de Licença para Execução de Urbanização: por metro quadrado Excetuadas as Áreas Destinadas a Espaços Verdes, vias e Edificações Públicas) do item "F)" da Tabela II - Taxa de Licença, da Lei Municipal 920/1973 se tratam do **exercício regular do poder de polícia**, pois limitam ou disciplinam o direito do sujeito passivo. Já o item **III** (Execução e Fornecimento de Diretrizes por metro quadrado) se constitui em **prestação de serviço**, pois trata de uma utilidade posta à disposição do sujeito passivo pela administração pública.

Tais distinções são necessárias para a correta aferição do fato gerador da obrigação tributária.

E o **fato gerador** não se confunde com a **data em que será cobrado** o imposto. O primeiro é o evento fático-material que concretiza a hipótese de incidência e que faz nascer a obrigação tributária. O segundo diz respeito ao momento em que a administração realizará a cobrança **após a ocorrência do fato gerador**.

Em relação à obrigação principal, assim diz o CTN:



*Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.*

Por sua vez o art. 116 do mesmo Código disciplina a ocorrência do fato gerador, assim dispondo:

*Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:*

*I - tratando-se de **situação de fato**, desde o momento em que o se verifiquem as **circunstâncias materiais** necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;*

*II - tratando-se de **situação jurídica**, desde o momento em que esteja **definitivamente constituída**, nos termos de direito aplicável.*  
*(DESTAQUES MEUS)*

Como se observa, uma vez consumada a situação de fato ou jurídica, nasce para o contribuinte a obrigação tributária.

A desistência da prática de atos pelo contribuinte após a consumação do fato gerador não o desvincula da obrigação tributária, que é o vínculo obrigacional onde o contribuinte (sujeito passivo) enquadra-se como devedor de uma prestação a favor do ente federativo (sujeito ativo).

Em outras palavras, é irrelevante o sucesso ou insucesso das pretensões do contribuinte em atos posteriores à ocorrência do fato gerador.

É o que se extrai do art. 118 do Código Tributário Nacional:



*Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:*

*I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;*

*II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.*

Após o **fato gerador**, ocorrerá o **lançamento tributário**, constituindo-se o **crédito tributário**, que por fim ensejará a **cobrança** do crédito pelos meios legais.

Neste ponto, o art. 160 do Código Tributário Nacional possibilita à legislação tributária dos entes federativos, no âmbito de suas competências e ressalvadas as normas federais e estaduais, a fixação do tempo do pagamento do crédito tributário, senão vejamos:

*Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.*

Por esta razão, pode a lei municipal fixar o momento em que se dará o vencimento do crédito tributário e a sua consequente cobrança.

Assim, não encontro óbice no projeto em tela quanto à fixação do momento em que se dará a cobrança/vencimento do crédito tributário, pois encontra amparo legal no Código Tributário Nacional.

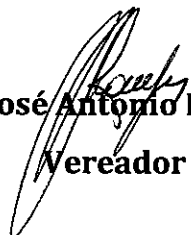


Feitas estas considerações, concluo que o projeto está em consonância com as normas tributárias.

**III - CONCLUSÃO**

Com base nos argumentos acima expostos, o meu **VOTO** é pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

Cordeirópolis, 11 de dezembro de 2018.

  
**José Antonio Rodrigues**  
**Vereador - MDB**